



1. POLÍTICAS ECONÔMICAS

Dentro do contexto de nossa matéria, surgirá, inevitavelmente, a necessidade de abordagem das políticas adotadas pelo governo para buscar o bem-estar da população. Como agente de peso no sistema financeiro brasileiro, o Governo tem por objetivo estruturar políticas para alcançar a macroeconomia brasileira, ou seja, criar mecanismos para defender os interesses dos brasileiros, economicamente.

É comum nos depararmos, em noticiários, com informações como: o governo aumentou a taxa de juros (ou diminuiu). Essas informações estão ligadas, intrinsecamente, às políticas coordenadas pelo governo para estabilizar a economia e o processo inflacionário.

As políticas traçadas pelo governo têm um objetivo simples, que é aumentar ou reduzir a quantidade de dinheiro circulando no país e, com isso, controlar a inflação.

Para tanto, o governo vale-se de manobras como: aumentar ou diminuir taxas de juros, aumentar ou diminuir impostos e estimular ou desestimular a liberação de crédito pelas instituições financeiras.

1.1 Inflação (ou Processo Inflacionário)

A inflação é um fenômeno econômico que ocorre devido a vários fatores. Dentre eles, há um bastante conhecido: a “lei da oferta e da procura”. A lei é bem simples do ponto de vista histórico, mas do ponto de vista econômico há várias variáveis que levam a uma explicação do seu comportamento, por exemplo:

O que faria um indivíduo gastar mais dinheiro? Obviamente ter mais dinheiro. Correto? Então caso se possua mais dinheiro, a tendência natural é que se gaste mais. Com isso, as empresas, os produtores e os prestadores de serviços ao perceberem que os consumidores estão gastando mais, elevarão seus preços, pois sabem que o público pode pagar mais pelo mesmo produto, uma vez que há excesso de demanda por aquele produto.

Da mesma forma, se um produto é elaborado em grande quantidade e há uma sobra deste, os seus preços tendem a cair, uma vez que há um excesso de oferta de produto.

Em resumo, a lei da oferta e da procura declara que quando a procura é alta, os preços sobem e, quando a oferta é alta, os preços caem. Dois exemplos demonstram isso. Se existe um teatro com 2 mil lugares (uma oferta fixa), o preço dos espetáculos dependerá de quantas pessoas desejam ingressos. Se uma peça muito popular está sendo encenada, e 10 mil pessoas querem assisti-la, o teatro pode subir os preços de forma que os 2 mil mais ricos possam pagar os ingressos. Quando a procura é muito mais alta que a oferta, os preços podem subir terrivelmente. Nosso segundo exemplo é mais elaborado. Digamos que você viva numa ilha na qual todos amam doces. Porém, existe um suprimento limitado de doces na ilha, assim, quando as pessoas trocam doces por outros itens, o preço é razoavelmente estável. Com o tempo, você economiza até 25 quilos de doces, que você pode trocar por um carro novo. Depois, um dia, um navio se choca com algumas pedras perto da ilha e sua carga de doces é perdida na costa. De repente, 30 toneladas de doces estão dispostas na praia, e qualquer pessoa que deseje doces simplesmente caminha até a praia e pega alguns. Porque a

oferta de doces é muito maior que a procura, os seus 25 quilos de doces não têm valor algum.

(Fonte: Ed. Grabianowski)

Esta simples lei é um dos fatores que mais afetam a inflação, pois por definição inflação é:

“Aumento generalizado e persistente dos preços dos produtos de uma cesta de consumo”.

Ou seja, para haver inflação, deve haver um aumento de preços, mas este aumento não pode ser pontual, deve ser generalizado. Mesmo alguns produtos não aumentando de preço, se a maioria aumentar já é suficiente. Mas este aumento deve ser persistente, ou seja, deve ser contínuo.

Como toda pesquisa científica, deve haver um grupo de estudos, e esse grupo chamamos de cesta de consumo, isso porque ao avaliar a inflação, não avaliamos a evolução de um grupo de produtos ou serviços e não cada um isoladamente.

Dessa forma, imaginemos que estamos no supermercado a fim de realizar uma “feira”. Nesta feira, teremos vários produtos em nosso carrinho como: água, arroz, feijão, carne, milho, trigo, frutas, verduras, legumes etc. Suponhamos também que haverá na mesma cesta produtos como: Dólar, Euro, gasolina, álcool (combustível, hein), viagens, lazer, cinema, energia etc.

Quando terminarmos a cesta e formos ao caixa, a conta terá totalizado R\$ 500,00 no primeiro mês.

No segundo mês, ao repetir os mesmos produtos, a conta totalizou R\$ 620,00, no terceiro, R\$ 750,00, e no quarto, R\$ 800,00. Nota-se que os preços estão subindo de forma persistente.

Quando o preço de algo sobe, o nosso dinheiro perde valor, uma vez que precisaremos de mais reais para comprar o mesmo produto. A isso damos o nome de INFLAÇÃO.

O processo inflacionário tem uma irmã oposta que é chamada de DEFLAÇÃO. A Deflação ocorre quando os preços dos produtos começam a cair de forma generalizada e persistente, gerando desconforto econômico para os produtores que podem chegar a desistir de produzir algo em virtude do baixo preço de venda.

Ambos os fenômenos têm consequências desastrosas no nosso bem-estar econômico, pois a inflação gera desvalorização do nosso poder de compra e a deflação pode gerar desemprego em massa. Além de tudo, ambas ainda podem culminar na temida Recessão, que nada mais é do que a estagnação completa ou quase total da economia de um país.

Tanto a inflação como a deflação são fenômenos que podem ser calculados e quantificados. Para isso, nosso governo mantém uma autarquia a postos, pronta para apurar e divulgar o valor da Inflação Oficial chamada IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo. Esta autarquia chama-se IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O IPCA é a inflação calculada do dia primeiro ao dia 30 de cada mês, considerando como cesta de serviços a de famílias com renda até 40 salários mínimos, ou seja, quem ganha até quarenta salários mínimos entra no cálculo da inflação oficial.

A fim de manter nosso bem-estar econômico, o Governo busca estabilizar esta inflação, uma vez que ela, por sua vez, reduz nosso poder de compra. Para padronizar os parâmetros da inflação o governo brasileiro instituiu o Regime de Metas para Inflação.

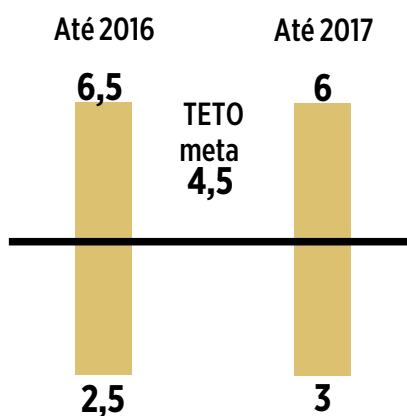
Neste regime, a meta de inflação é constituída por um Centro de meta, que seria o valor ideal entendido pelo governo como uma inflação saudável.

Este centro tem uma margem de tolerância para mais e para menos, pois como em qualquer nota temos os famosos arredondamentos. É como no colégio quando o aluno tirava 6,5 e o professor arredondava para 7, lembra?! Isso o ajudava muito na hora de fechar a nota no fim do ano, e para o governo é do mesmo jeito. É uma “ajudinha” para fechar a nota. Vejamos como está atualmente isto no Brasil.

Meta de inflação para 2017

CMN diminui margem de tolerância

EM%



Estas e outras medidas adotadas pelo governo buscam estabilizar nosso poder de compra e nosso bem-estar econômico. Para utilizar estas ferramentas, o governo utiliza as tão famosas políticas econômicas, que nada mais são do que um conjunto de medidas que buscam estabilizar o poder de compra da moeda nacional, gerando bem-estar econômico para o País. Estas políticas econômicas são estabelecidas pelo Governo Federal, tendo como agentes de suporte o Conselho Monetário Nacional, como normatizador, e o Banco Central, como executor destas políticas. As ações destes agentes resultam em apenas duas situações para o cenário econômico.

E quais são as políticas adotadas pelo governo para regular a oferta de dinheiro e consequentemente a inflação?

São 5 Políticas:

- > Política Fiscal (Arrecadações menos despesas do fluxo do orçamento do governo).
- > Política Cambial (Controle indireto das taxas de câmbio e da balança de pagamentos).



Até 31/12/2016 a margem de tolerância, ou seja, de variação do Centro da meta será de 2% para mais (teto) ou para menos (piso). Já a partir de 01/01/2017 a nova margem de tolerância será de 1,5% para mais (teto) ou para menos (piso).

- > Política Creditícia (Influência nas taxas de juros do mercado, por meio da taxa SELIC).
- > Política de Rendas (Controle do salário mínimo nacional e dos preços dos produtos em geral).
- > Política Monetária (Controle do volume de meio circulante disponível no país e controle do poder multiplicador do dinheiro escritural).

1.2 Políticas Restritivas ou Políticas Expansionistas

As políticas restritivas são resultado de ações que, de alguma forma, reduzem o volume de dinheiro circulando na economia e, consequentemente, os gastos das pessoas. Isso gera uma desaceleração da economia e do crescimento. Mas por que o governo faria isso?

A resposta é simples: faz isso para controlar a inflação, pois quando há muito dinheiro circulando no mercado, o que acontece com os preços dos produtos? Sobem! Para conter esta subida, o governo restringe o consumo e os gastos para que a inflação diminua. Neste caso, vamos ao shopping não para comprar coisas, mas apenas para ver as coisas ou dar uma “voltinha”. Isso representa nosso cenário atual, desde 2014.

As políticas expansionistas são resultado de ações do governo que estimulam os gastos e o consumo, ou seja, em cenário de baixo crescimento o governo incentiva as pessoas a gastarem e as instituições financeiras a emprestar. Isso gera um volume maior de recursos na economia, para que o mercado não entre em recessão. Portanto, este resultado nos faria gastar mais, ficaríamos mais endividados e investiríamos mais; logo, não iríamos ao shopping só para ver as coisas, mas sim para comprar as coisas, e comprar muito! Mas temos que ter cuidado, pois com muitos gastos também alimentamos um crescimento acelerado da inflação! Tivemos este cenário recentemente de 2008 a 2013 e hoje sofremos a crise inflacionária devido ao crescimento excessivo do consumo.

Resumindo, as políticas econômicas resultam em duas situações:

- > Serem Expansionistas: quando estimulam os gastos, empréstimos e endividamentos para aumentar o volume de recursos circulando no país.
- > Serem Restritivas: quando desestimulam, restringem os gastos, empréstimos e endividamentos para reduzir o volume de recursos circulando no país.

E quais são estas políticas econômicas e como se dividem?

1.3 Política Fiscal

Política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas, de modo a cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos. A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda. Por fim, a função alocativa consiste no fornecimento eficiente de bens e serviços públicos, compensando as falhas de mercado.



Os resultados da política fiscal podem ser avaliados sob diferentes ângulos, que podem focar na mensuração da qualidade do gasto público bem como identificar os impactos da política fiscal no bem-estar dos cidadãos. Para tanto o Governo se utiliza de estratégias como elevar ou reduzir impostos, pois, além de sensibilizar seus cofres públicos, busca aumentar ou reduzir o volume de recursos no mercado quando for necessário.

A política fiscal consiste em basicamente dois objetivos: primeiro, ser uma fonte de receitas ou de gastos para o governo, na medida em que reduz seus impostos para estimular ou desestimular o consumo. Segundo, quando o governo usa a emissão de títulos públicos, títulos estes emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, para comercializá-los e arrecadar dinheiro para cobrir seus gastos e cumprir suas metas de arrecadação.

Sim, o governo tem metas de arrecadação, que muitas vezes precisam de uma “forçinha”, por meio da comercialização de títulos públicos federais no mercado financeiro. Como, segundo a Constituição Federal, no artigo 164 é vedado ao Banco Central financiar o tesouro com recursos próprios, este busca auxiliar o governo comercializando os títulos emitidos pela Secretaria do Tesouro.

Dessa forma, o governo consegue não só arrecadar recursos como, também, enxugar ou irrigar o mercado de dinheiro, pois quando o Banco Central vende títulos públicos federais retira dinheiro de circulação, e entrega títulos aos investidores. Já quando o Banco Central compra títulos de volta, devolve recursos ao sistema financeiro, além de diminuir a dívida pública do governo. Mas aí nos perguntamos: como assim?

Simple. O governo vive em uma “queda de braços” constante, de modo que precisa arrecadar mais do que ganha, mas não pode deixar de gastar, pois precisa estimular a economia. Então, a saída é arrecadar impostos e quando estes não forem suficientes, o governo se endivida. Isso mesmo! Quando o governo emite títulos públicos federais, ele se endivida, pois os títulos públicos são acompanhados de uma remuneração, uma taxa de juros, que recebeu o nome do sistema que administra e registra essas operações de compra e venda. Este sistema chama-se SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Este sistema deu o nome à taxa de juros dos títulos. Logo, ela é intitulada de “taxa SELIC”.

Esta taxa de juros nada mais é do que o famoso “juro da dívida pública”, isso porque o governo deve considerá-lo como despesa e endividamento. Logo, a emissão destes títulos, bem como o aumento da taxa SELIC devem ser cautelosos para evitar excessos de endividamento, acarretando dificuldades em fechar o caixa no fim do ano.

Este fechamento de caixa pode resultar em duas situações: uma chamamos de superávit e a outra chamamos de déficit.

Resultado fiscal primário é a diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias durante um determinado período. O resultado fiscal nominal, ou resultado secundário, por sua vez, é o resultado primário acrescido do pagamento líquido de juros. Assim, fala-se que o Governo obtém superávit fiscal quando as receitas excedem as despesas em dado período; por outro lado, há déficit quando as receitas são menores do que as despesas.

No Brasil, a política fiscal é conduzida com alto grau de responsabilidade fiscal. O uso equilibrado dos recursos públicos visa à

redução gradual da dívida líquida como percentual do PIB, de forma a contribuir com a estabilidade, o crescimento e o desenvolvimento econômico do país. Mais especificamente, a política fiscal busca a criação de empregos, o aumento dos investimentos públicos e a ampliação da rede de seguridade social, com ênfase na redução da pobreza e da desigualdade.

1.4 Política Cambial

É o conjunto de ações governamentais diretamente relacionadas ao comportamento do mercado de câmbio, inclusive no que se refere à estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos.

A política cambial busca estabilizar a balança de pagamentos tentando manter em equilíbrio seus componentes, que são: a conta corrente, que registra as entradas e saídas devidas ao comércio de bens e serviços, bem como pagamentos de transferências; e a conta capital e financeira. Também são componentes dessa conta os capitais compensatórios: empréstimos oferecidos pelo FMI e contas atrasadas (débitos vencidos no exterior).

Dentro desta balança de pagamentos há uma outra balança chamada Balança Comercial, que busca estabilizar o volume de importações e exportações dentro do Brasil. Esta política visa equilibrar o volume de moedas estrangeiras dentro do Brasil para que seus valores não pesem tanto na apuração da inflação, pois, como vimos anteriormente, as moedas estrangeiras estão muito presentes em nosso dia a dia.

Como o governo não pode interferir no câmbio brasileiro de forma direta, uma vez que o câmbio brasileiro é flutuante, o governo busca estimular exportações e desestimular importações quando o volume de moeda estrangeira estiver menor dentro do Brasil. Da mesma forma caso o volume de moeda estrangeira dentro do Brasil aumente demais, causando sua desvalorização exagerada, o governo buscar estimular importações para reestabelecer o equilíbrio.

Mas por que o governo estimularia a valorização de uma moeda estrangeira no Brasil?

A resposta é simples: pois ao estimular a valorização de uma moeda estrangeira, atraímos investidores, além de tornar o cenário mais salutar para os exportadores, que são os que produzem riquezas e empregos dentro do Brasil. Desta forma, ao se utilizar da política cambial, o governo busca estabilizar a balança de pagamentos e estimular ou desestimular exportações e importações.

1.5 Política Creditícia

É um conjunto de normas ou critérios que cada instituição financeira utiliza para financiar ou emprestar recursos a seus clientes, mas sobre a supervisão do Governo, que controla os estímulos a concessão de crédito. Cada instituição deve desenvolver uma política de crédito coordenada, para encontrar o equilíbrio entre as necessidades de vendas e, concomitantemente, sustentar uma carteira a receber de alta qualidade.

Esta política sofre constante influência do poder governamental, pois o governo se utiliza de sua taxa básica de referência, a taxa SELIC, para conduzir as taxas de juros das instituições financeiras para cima ou para baixo.

É simples. Se o governo eleva suas taxas de juros, é sinal de que os bancos em geral seguirão seu raciocínio e elevarão suas taxas também, gerando uma obstrução a contratação de crédito pelos clientes tomadores ou gastadores. Já se o governo tende a diminuir a taxa SELIC, os bancos em geral tendem a seguir esta diminuição, recebendo estímulos a contratação de crédito para os tomadores ou gastadores.

1.6 Política de Rendas

A política de rendas consiste na interferência do governo nos preços e salários praticados pelo mercado. No intuito de atender a interesses sociais, o governo tem a capacidade de interferir nas forças do mercado e impedir o seu livre funcionamento. É o que ocorre quando o governo realiza um tabelamento de preços com o objetivo de controlar a inflação. Ressaltamos que, atualmente, o Governo brasileiro interfere tabelando o valor do salário mínimo. Entretanto, quanto aos preços dos diversos produtos no País, não há interferência direta do governo.

1.7 Política Monetária

É a atuação de autoridades monetárias sobre a quantidade de moeda em circulação, de crédito e das taxas de juros, de modo a controlar a liquidez global do sistema econômico.

Esta é a mais importante política econômica traçada pelo governo. Nela estão contidas as manobras que surtem efeitos mais eficazes na economia.

A política monetária influencia diretamente a quantidade de dinheiro circulando no país e, conseqüentemente, a quantidade de dinheiro no nosso bolso.

Existem dois principais tipos de políticas monetárias a serem adotados pelo governo; a política restritiva, ou contracionista, e a política expansionista.

A política monetária expansiva consiste em aumentar a oferta de moeda, reduzindo, assim, a taxa de juros básica e estimulando investimentos. Essa política é adotada em épocas de recessão, ou seja, épocas em que a economia está parada e ninguém consome, produzindo uma estagnação completa do setor produtivo. Com essa medida, o governo espera estimular o consumo e gerar mais empregos.

Ao contrário, a política monetária contracionista consiste em reduzir a oferta de moeda, aumentando, assim, a taxa de juros e reduzindo os investimentos. Essa modalidade da política monetária é aplicada quando a economia está sofrendo alta inflação. Objetiva-se reduzir a procura por dinheiro e o consumo, causando, conseqüentemente, uma diminuição no nível de preços dos produtos.

Esta política monetária é rigorosamente elaborada pelas autoridades monetárias brasileiras, utilizando os seguintes instrumentos:

Mercado Aberto

Também conhecidas como Open Market, as operações com títulos públicos constituem mais um dos instrumentos disponíveis de Política Monetária. Este instrumento, considerado um dos mais eficazes, consegue equilibrar a oferta de moeda e regular a taxa de juros em curto prazo.

A compra e venda dos títulos públicos, emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, é feita pelo Banco Central por meio de Leilões Formais e Informais. De acordo com a necessidade de expandir ou reter a circulação de moedas do mercado, as autoridades monetárias competentes resgatam ou vendem esses títulos.

Se existe a necessidade de diminuir a taxa de juros e aumentar a circulação de moedas, o Banco Central compra (resgata) títulos públicos que estejam em circulação.

Se a necessidade for inversa, ou seja, aumentar a taxa de juros e diminuir a circulação de moedas, o Banco Central vende (oferta) os títulos disponíveis.

Portanto, os títulos públicos são considerados ativos de renda fixa, tornando-se uma boa opção de investimento para a sociedade.

Outra finalidade dos títulos públicos é a de captar recursos para o financiamento da dívida pública, bem como financiar atividades do Governo Federal, como, por exemplo, Educação, Saúde e Infraestrutura.

Os leilões dos títulos públicos são de responsabilidade do BACEN, que credencia Instituições Financeiras chamadas de Dealers ou líderes de mercado, para que façam efetivamente o leilão dos títulos. Nesse caso, temos Leilão Informal ou Go Around, pois nem todas as instituições são classificadas como Dealers.

Os Leilões Formais são aqueles em que TODAS as instituições financeiras, credenciadas pelo BACEN, podem participar do leilão dos títulos, mas sempre sob o comando do deste.

Além destas formas de o Governo participar do mercado de capitais, existe o Tesouro Direto, que é uma forma que o Governo encontrou que aproxima as pessoas físicas e jurídicas em geral, ou não financeiras, da compra de títulos públicos. O tesouro direto é um sistema controlado pelo BACEN para que a pessoa física ou jurídica comum possa comprar títulos do Governo, dentro de sua própria casa ou escritório.

Redesconto ou Empréstimo de Liquidez

Outro instrumento de controle monetário é o Redesconto Bancário, no qual o Banco Central concede “empréstimos” às instituições financeiras a taxas acima das praticadas no mercado.

Os chamados empréstimos de assistência à liquidez são utilizados pelos bancos somente quando existe uma insuficiência de caixa (fluxo de caixa), ou seja, quando a demanda de recursos depositados não cobre suas necessidades.

Quando a intenção do Banco Central é de injetar dinheiro no mercado, ele baixa a taxa de juros para estimular os bancos a pegar estes empréstimos. Os bancos, por sua vez, terão mais disponibilidade de crédito para oferecer ao mercado e, conseqüentemente, a economia aquece.

Quando o Banco Central tem por necessidade retirar dinheiro do mercado, as taxas de juros concedidas para estes empréstimos são altas, desestimulando os bancos a pegá-los. Desta forma, os bancos que precisam cumprir com suas necessidades imediatas enxugam as linhas de crédito, disponibilizando menos crédito ao mercado; com isso a economia desacelera.





Vale ressaltar que o Banco Central é proibido, pela Constituição Brasileira, de emprestar dinheiro a qualquer outra instituição que não seja uma instituição financeira.

As operações de Redesconto do Banco Central podem ser:

I - intradia: destinadas a atender às necessidades de liquidez das instituições financeiras ao longo do dia. É o chamado Redesconto a juros zero;

II - de um dia útil: destinadas a satisfazer necessidades de liquidez decorrentes de descasamento de curtíssimo prazo no fluxo de caixa de instituição financeira;

III - de até quinze dias úteis: podendo ser recontratadas desde que o prazo total não ultrapasse quarenta e cinco dias úteis, destinadas a satisfazer necessidades de liquidez provocadas pelo descasamento de curto prazo no fluxo de caixa de instituição financeira e que não caracterizem desequilíbrio estrutural; e

IV - de até noventa dias corridos: podendo ser recontratadas desde que o prazo total não ultrapasse cento e oitenta dias corridos, destinadas a viabilizar o ajuste patrimonial de instituição financeira com desequilíbrio estrutural.

Entende-se por operação intradia, para efeito do disposto neste regulamento, a compra com compromisso de revenda, em que a compra e a correspondente revenda ocorrem no próprio dia entre a instituição financeira tomadora e o Banco Central.

Todas as operações feitas pelo BACEN são compromissadas, ou seja, a outra parte que contrata com o BACEN assume compromissos com ele para desfazer a operação assim que o BACEN solicitar.

Sobre a Compra com Compromisso de Revenda, temos algumas observações que são muito abordadas em provas.

Podem ser objeto de Redesconto do Banco Central, na modalidade de compra com compromisso de revenda, os seguintes ativos de titularidade de instituição financeira, desde que não haja restrições a sua negociação:

I - títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, que integrem a posição de custódia própria da instituição financeira; e

II - outros títulos e valores mobiliários, créditos e direitos creditórios, preferencialmente com garantia real, e outros ativos.



Informação muito importante:

As operações intradia e de um dia útil aceitam como garantia exclusivamente os títulos públicos federais; as demais podem ter como garantia qualquer título aceito como garantia pelo BACEN.

Recolhimento Compulsório

Recolhimento compulsório é um dos instrumentos de Política Monetária utilizado pelo Governo para aquecer a economia. É um depósito obrigatório feito pelos bancos junto ao Banco Central.

Parte de todos os depósitos que são efetuados à vista, ou seja, os depósitos das contas correntes, tanto de livre movimentação como de não livre movimentação pelo cliente, pela população junto aos bancos, vai para o Banco Central. O Conselho Monetário Nacional e/ou o Banco Central fixam esta taxa de recolhimento. Esta taxa é variável, de acordo com os interesses do Governo em acelerar ou não a economia.

Isso porque ao reduzir o nível do recolhimento, sobram mais recursos nas mãos dos bancos para serem emprestados aos clientes, e, com isso, geram maior volume de recursos no mercado. Já quando os níveis do recolhimento aumentam, as instituições financeiras reduzem seu volume de recursos, liberando menos crédito e, conseqüentemente, reduzindo o volume de recursos no mercado.

O recolhimento compulsório tem por finalidade aumentar ou diminuir a circulação de moeda no País. Quando o Governo precisa diminuir a circulação de moedas no país, o Banco Central aumenta a taxa do compulsório, pois desta forma as instituições financeiras terão menos crédito disponível para população, portanto, a economia acaba encolhendo.

Ocorre o inverso quando o Governo precisa aumentar a circulação de moedas no país. A taxa do compulsório diminui e com isso as instituições financeiras fazem um depósito menor junto ao Banco Central. Desta maneira, os bancos comerciais ficam com mais moeda disponível, conseqüentemente, aumentam suas linhas de crédito. Com mais dinheiro em circulação, há o aumento de consumo e a economia tende a crescer.

As instituições financeiras podem fazer transferências voluntárias, porém, o depósito compulsório é obrigatório, isso porque os valores que são recolhidos ao Banco Central são remunerados por ele para que a instituição financeira não tenha prejuízos com os recursos parados junto ao BACEN. Para as IFs é vantajoso, se estiverem com sobra de recursos no fim do dia.

Além disso, o Recolhimento Compulsório pode variar em função das seguintes situações:

“1) Regiões Geoeconômicas (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.959, de 14/09/82).

2) Prioridades de aplicações, ou seja, necessidade do Governo (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.959, de 14/09/82).

3) Natureza das instituições financeiras (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.959, de 14/09/82).”

Os valores dos Recolhimentos Compulsórios são estabelecidos pelo CMN ou pelo BACEN da seguinte forma:

Determinar Compulsório sobre Depósito à Vista	Até 100%	Só BACEN e determina e recolhe
Determinar Compulsório sobre Demais Títulos Contábeis e Financeiros	Até 60%	CMN determina OU BACEN determina e recolhe